

## TECENDO IDENTIDADES: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO AMBIENTE ESCOLAR

**Camila de Pinho Gotuzzo**

Especialista em Políticas Educacionais e Gestão Escolar. Faculdade Focus.

<https://orcid.org/0009-0001-2142-9418>

<https://lattes.cnpq.br/3735678094144872>

E-mail: [gotuzzo.gotuzzo@gmail.com](mailto:gotuzzo.gotuzzo@gmail.com)

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N1-33>

**RESUMO:** Este artigo relata e analisa uma experiência pedagógica, realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), focada na valorização da identidade negra em uma escola pública. Em um contexto social marcado pelo racismo estrutural e pelo mito da democracia racial, a escola emerge como um espaço crucial para a construção de identidades positivas. A intervenção consistiu em uma oficina de turbantes e na criação de um varal de personalidades negras, visando oferecer ferramentas simbólicas para a afirmação estética e histórica dos estudantes. A metodologia se baseia em um relato de experiência com coleta de dados qualitativos e quantitativos. Os resultados indicaram alta adesão da comunidade e uma preferência majoritária pela oficina de turbantes (62%), evidenciando a centralidade do corpo e da estética nos processos de afirmação identitária. A discussão teórica posiciona a oficina de turbantes como um ato político de reapropriação corporal e o varal de personalidades como uma contranarrativa ao epistemicídio. Conclui-se que tais práticas pedagógicas são ferramentas potentes para a construção de uma educação antirracista, fortalecendo a autoestima e o sentimento de pertencimento dos estudantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade Negra. Relações Étnico-Raciais. PIBID, Práticas Pedagógicas.

### WEAVING IDENTITIES: PEDAGOGICAL PRACTICES FOR THE AFFIRMATION OF BLACK IDENTITY IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

**ABSTRACT:** This article reports and analyzes a pedagogical experience, conducted within the Institutional Program for Teaching Initiation Scholarships (PIBID), focused on the affirmation of Black identity in a public school. In a social context marked by structural racism and the myth of racial democracy, the school emerges as a crucial space for the construction of positive identities. The intervention consisted of a turban workshop and an exhibit of Black personalities, aiming to offer symbolic tools for the aesthetic and historical affirmation of students. The methodology is based on an experience report with qualitative and quantitative data collection. The results indicated high community engagement and a majority preference for the turban workshop (62%), highlighting the centrality of the body and aesthetics in identity affirmation processes. The theoretical discussion posits the turban workshop as a political act of bodily reappropriation and the personality exhibit as a counternarrative to epistemicide. It is concluded that such pedagogical practices are powerful tools for building an anti-racist education, strengthening students' self-esteem and sense of belonging.

**KEYWORDS:** Black Identity, Ethnic-Racial Relations, PIBID, Pedagogical Practices.

## INTRODUÇÃO

Longe de ser inata, a identidade é um processo de construção contínuo, uma realidade social, histórica e plural que se tece na interação com o outro e com o mundo. A identidade negra, nesse contexto, emerge como um campo de disputas simbólicas particularmente complexo na sociedade brasileira. Ela não é simplesmente dada, mas negociada, reivindicada e construída em um cenário social marcado pela herança da escravidão e pela persistência do racismo estrutural, muitas vezes velado sob o mito da democracia racial. Como adverte Nilma Lino Gomes (2005, p. 43), “construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as)”.

Esse desafio de autoafirmação encontra na escola um de seus principais campos de batalha e de possibilidade. Sendo um dos primeiros espaços de socialização para além do núcleo familiar, a escola desempenha um papel incontestável na formação dos sujeitos. No entanto, essa instituição pode atuar de maneiras contraditórias: ou reproduz a lógica de exclusão e silenciamento, apresentando um currículo eurocêntrico que ignora a história e as contribuições africanas e afro-brasileiras, ou se assume como um espaço de transformação e empoderamento. A ausência de referências positivas, a abordagem estereotipada de personagens negros nos materiais didáticos e a falta de preparo dos educadores para lidar com o racismo cotidiano contribuem para a perpetuação de uma identidade negra marcada pela subalternidade, impactando negativamente a autoestima e a trajetória escolar dos estudantes (Munanga, 2005).

A escola, portanto, “tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la [a identidade negra] na sua complexidade, respeitá-la, [...] e lidar positivamente com a mesma” (Gomes, 2005, p. 44). O reconhecimento dessa responsabilidade foi o que impulsionou a criação de marcos legais como a Lei nº 10.639/2003, que, ao determinar a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos, não propõe apenas um acréscimo de conteúdo, mas uma mudança de paradigma: a de reconhecer a escola como

agente fundamental na construção de uma educação antirracista e na promoção de uma identidade negra afirmativa.

É a partir dessa compreensão que o presente artigo se desenvolve. Ele relata e analisa uma experiência pedagógica, realizada por bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em uma escola pública, com maioria de alunos negros, que buscou materializar, na prática, o potencial transformador da escola. Por meio de uma oficina de turbantes e da criação de um varal de personalidades negras, a intervenção visou oferecer aos estudantes ferramentas simbólicas para a construção de um “nós coletivo” (Novaes, 1993, *apud* Gomes, 2005, p. 41). O objetivo foi criar um espaço de reconhecimento e valorização, onde a estética, a história e o protagonismo negro fossem celebrados, fomentando um processo de espelhamento positivo e contribuindo ativamente para o desafio de tecer identidades negras fortes, conscientes e orgulhosas de sua ancestralidade.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A efetividade de práticas pedagógicas antirracistas, não reside apenas em sua execução isolada, ela impescinde do diagnóstico teórico da estrutura do racismo brasileiro para prescrever os caminhos para sua superação no ambiente escolar.

Neste sentido, ao integrar teoria e prática, tais ações dão vida ao espírito da Lei 10.639/03, tornando-se ferramentas indispensáveis para a construção de uma educação verdadeiramente antirracista, inclusiva e democrática.

A oficina de turbantes e o varal de personalidades negras são, portanto, a materialização do conceitual que entrelaça sociologia, psicologia, filosofia e pedagogia para confrontar um problema histórico e estrutural.

O ponto de partida para essa compreensão é o reconhecimento do contexto social brasileiro, fundamentado no racismo estrutural. Conforme teorizado por autores como Silvio de Almeida (2019), o racismo não é uma mera questão de preconceito individual, mas um elemento que organiza e normaliza as desigualdades nas relações políticas, econômicas e cotidianas. Essa estrutura é frequentemente invisibilizada pelo mito da democracia racial, uma ideologia que, ao negar a existência do conflito racial, impede seu enfrentamento direto e perpetua um silenciamento violento, como adverte Nilma Lino

Gomes (2005). O racismo no Brasil opera, ainda, de forma específica como um “preconceito de marca”, baseado nos traços fenotípicos (a cor da pele, a textura do cabelo), como distinguiu Oracy Nogueira (2007). Essa particularidade torna o corpo negro o alvo direto da discriminação, o que explica por que ações focadas na estética e na corporeidade, como a oficina de turbantes, possuem um impacto tão profundo e direto.

Nesse cenário de desvalorização sistemática, a construção da identidade negra torna-se um campo de disputa. Longe de ser inata, a identidade é uma “construção social, histórica, cultural e plural” (Gomes, 2005, p. 43), um processo contínuo de vir a ser, como defende Stuart Hall (2016). Para a população negra, esse processo é particularmente complexo. A psicanalista Neusa Santos Souza (1983), descreve o árduo trabalho psíquico necessário para rejeitar a autoimagem negativa imposta pela sociedade e, enfim, ascender à consciência racial, valorizando o próprio corpo, história e cultura. Essa jornada confronta o processo de alienação descrito por Frantz Fanon (1967), no qual o sujeito colonizado internaliza o olhar depreciativo do outro, passando a se ver através de uma lente de inferioridade. As práticas pedagógicas afirmativas funcionam, nesse sentido, como um espelho de cura, quebrando a imagem distorcida e oferecendo novas possibilidades de ser e se ver no mundo.

A escola emerge como um dos principais espaços onde essa batalha simbólica é travada. Historicamente, como aponta Kabengele Munanga (2005), a instituição escolar tem funcionado como reprodutora do racismo, ao privilegiar um currículo eurocêntrico que apaga ou estereotipa as contribuições de matriz africana. Esse processo é o que Boaventura de Sousa Santos (2009) denomina epistemicídio: o assassinato simbólico dos saberes, histórias e formas de existência que não se alinham ao padrão ocidental. A ausência de representações positivas não é uma simples omissão; é uma prática que, como ensina Hall (2016), constitui a própria realidade, ensinando aos estudantes negros que o protagonismo e a intelectualidade não lhes pertencem.

É exatamente para reverter essa lógica que a Lei nº 10.639/03 foi promulgada, propondo não um mero acréscimo de conteúdo, mas uma mudança de paradigma. A sua efetivação demanda a criação de contranarrativas — atos de “recontar a história” (Joras et al., 2014, p. 211) que promovem uma justiça cognitiva. O varal de personalidades negras é um exemplo potente dessa prática, pois oferece aos estudantes a possibilidade

de se conectarem a uma genealogia de intelectuais, artistas e ativistas, fortalecendo a autoestima e o sentimento de pertencimento. Quando a atividade convida os alunos a incluírem suas próprias referências, ela transcende a “educação bancária” e se alinha à pedagogia de Paulo Freire (2019), validando os saberes da comunidade e transformando os estudantes em sujeitos produtores de sua própria história coletiva.

## METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, derivado de uma prática de pesquisa-ação desenvolvida por bolsistas do PIBID da Universidade Federal de Pelotas. A ação ocorreu em um evento organizado nas dependências da Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora dos Navegantes, localizada no bairro Navegantes, em Pelotas, RS. O público-alvo foi composto por alunos, funcionários e membros da comunidade local.

A intervenção aqui analisada desdobrou-se em duas atividades principais, desenvolvidas de forma integrada: a Oficina de Turbantes e o Varal de Personalidades Negras.

Para a Oficina de Turbantes, foram disponibilizados tecidos de diversas cores, estampas e tamanhos. Durante a atividade, os bolsistas demonstravam diferentes técnicas de amarração enquanto promoviam um diálogo sobre o significado cultural, religioso e político do turbante como elemento de autoafirmação e valorização da estética negra.

Para a construção do Varal de Personalidades Negras, foram utilizadas imagens impressas de figuras proeminentes da história e cultura negra, tanto no Brasil quanto no exterior. Em paralelo, foram oferecidos materiais como folhas de papel, lápis de cor e giz de cera para que os participantes pudessem desenhar ou escrever sobre personalidades negras que considerassem importantes em sua própria formação. Durante a atividade, os bolsistas apresentavam as biografias e as contribuições das personalidades expostas, abrangendo áreas como a música, a literatura, o ativismo político e o esporte.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um formulário misto, disponibilizado aos participantes após a conclusão das oficinas. A abordagem quantitativa, composta por uma questão fechada, visava identificar a frequência em cada atividade, permitindo uma análise da adesão geral. A abordagem qualitativa, por sua vez,

consistia em um espaço aberto para o registro de narrativas, onde os participantes puderam expressar livremente suas impressões sobre a experiência.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados, tanto quantitativos quanto qualitativos, revelou não apenas o sucesso da proposta, mas também a profundidade da necessidade de tais práticas no ambiente escolar. A preferência majoritária pela oficina de turbantes (62%) em detrimento do varal de personalidades (38%) não reflete uma mera escolha, mas aponta para a centralidade do corpo como lócus de construção e afirmação identitária. Essa distribuição sugere um forte apelo pela vivência estética e pela apropriação corporal de símbolos de identidade, embora a busca por referências históricas também se mostre significativa. Independentemente da divisão, o interesse massivo pela temática como um todo sinaliza uma demanda reprimida por conteúdos que validem e celebrem a cultura afro-brasileira, um reflexo da contínua necessidade de se “romper com o mito da democracia racial” (Gomes, 2005, p. 60) no cotidiano escolar.

### A OFICINA DE TURBANTES: ESTÉTICA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

A predominância do interesse pela oficina de turbantes (62%) evidencia a dimensão corporal da identidade. O racismo no Brasil, como um “preconceito de marca” (Nogueira, 2007) baseado no fenótipo, ataca diretamente o corpo negro: a pele, os traços e, de forma emblemática, o cabelo. Portanto, ações que celebram a estética negra — como o uso do turbante — são atos diretos de enfrentamento a esse tipo de discriminação.

O turbante, nesse contexto, transcende a categoria de adorno para se tornar uma ferramenta de autorreconhecimento e afirmação. Conforme a psicanalista Neusa Santos Souza (1983) em sua obra inicial *Tornar-se Negro*, a ascensão à consciência racial implica um árduo trabalho psíquico de aceitação e valorização do próprio corpo como belo e potente. A oficina, ao oferecer o espelho, o tecido e a técnica, catalisou esse processo. O ato de se ver e se reconhecer portando um símbolo de ancestralidade, poder e beleza é um momento crucial na construção de uma “identidade negra positiva” (Gomes, 2005, p. 43). Mais do que uma atividade manual, a oficina foi um ritual de

passagem, fomentando um sentimento de pertencimento e solidariedade — um “nós” tecido coletivamente — que é a base para a resistência e a transformação social.

## O VARAL DE PERSONALIDADES NEGRAS COMO FERRAMENTA DE CONTRANARRATIVA

Ao expor figuras como Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Carolina Maria de Jesus e Milton Santos, o varal operou como um dispositivo de contranarrativa. Como argumenta Stuart Hall (2016), a representação não é um mero reflexo da realidade; ela é uma prática que constitui a própria realidade, que produz sentidos e organiza nossas percepções. A narrativa hegemônica, reproduzida em muitos currículos e na mídia, constrói uma realidade onde a negritude é associada à subalternidade. Este ato de “recontar a história” (Joras *et al.*, 2014, p. 211) é uma forma de combater o que Boaventura de Sousa Santos (2009) denomina “epistemicídio”: o apagamento e a invalidação de saberes, histórias e formas de existência que não se alinham ao modelo ocidental.

Para estudantes em formação, o acesso a essas biografias é um ato de justiça cognitiva e afetiva. A identidade negra, sendo uma “construção social, histórica, cultural e plural” (Gomes, 2005, p. 43), necessita de referências para se ancorar e florescer. O varal funcionou como um espelho de possibilidades, um dispositivo pedagógico que permitiu aos estudantes se verem em outros, projetando um futuro em que negritude e protagonismo não são apenas compatíveis, mas intrinsecamente ligados. A etapa final da atividade, ao convidar os participantes a incluírem suas próprias referências, transformou um ato de recepção em um ato de produção de conhecimento, validando os saberes e as vivências da própria comunidade. Em um gesto alinhado à pedagogia freiriana, os estudantes deixaram de ser objetos do conhecimento para se tornarem sujeitos na produção de uma história coletiva, validando seus próprios saberes e os de sua comunidade (Freire, 2019).

## CONCLUSÕES

A experiência pedagógica desenvolvida na Escola Nossa Senhora dos Navegantes demonstrou que a implementação da Lei 10.639/03, quando realizada de forma engajada

e teoricamente embasada, possui um potencial transformador que ultrapassa os limites da sala de aula. As oficinas de turbantes e o varal de personalidades negras funcionaram como potentes dispositivos pedagógicos para a construção de identidades negras positivas, para a desmistificação de estereótipos e para o fortalecimento da autoestima dos estudantes.

A discussão aprofundada, à luz de teóricos como Nilma Lino Gomes, revela que a intervenção atuou diretamente na complexa teia da construção identitária. Ao oferecer referências positivas e um espaço seguro para a vivência da estética e da cultura negra, a prática confrontou o desafio de se afirmar negro em uma sociedade que historicamente promoveu a negação. A oficina tornou-se um ato político, um exercício de reeducação tanto para os estudantes quanto para a comunidade, alinhando-se ao papel histórico do Movimento Negro na reinterpretação da realidade racial brasileira.

A alta receptividade das atividades confirma a existência de uma demanda por uma educação que seja, de fato, representativa e inclusiva. A parceria entre a universidade, via PIBID, e a escola básica provou ser um caminho fértil para a criação de práticas inovadoras e socialmente relevantes, essenciais para a formação de futuros professores comprometidos com uma educação antirracista.

Conclui-se, portanto, que a promoção de ações pedagógicas que celebrem o protagonismo, a história e a estética negra é uma estratégia indispensável para a construção de um ambiente escolar verdadeiramente democrático. Tais práticas não só efetivam a legislação, mas cultivam o respeito à diversidade, fortalecem o sentimento de pertencimento e capacitam os estudantes a se tornarem sujeitos conscientes e orgulhosos de sua própria história e identidade

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. New York: Grove Press, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 70. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC, SECAD, 2005. p. 39-62.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- JORAS, C. M. et al. **Preconceito racial: nas escolas e as alternativas para recorrer à mudanças e igualdades étnicas**. In: MOSTRA CIENTÍFICA DO CESUCA, 8., 2014, Cachoeirinha. Anais... Cachoeirinha: Cesuca, 2014. p. 209–218.
- MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: EdUSP, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

Submissão: outubro de 2024. Aceite: novembro de 2024. Publicação: março de 2025.